

## AINDA SOBRE FEMINISMO E SUAS POSSIBILIDADES NA DOCÊNCIA DA PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**Edla Eggert\***

\* Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. [edla.eggert@gmail.com](mailto:edla.eggert@gmail.com)

**Resumo:** O artigo analisa uma experiência didática, produzida com estudantes da Pós-Graduação em Educação da cidade de Porto Alegre-RS, em uma disciplina de Gênero, Classe e Raça, sistematizada por meio de uma autoetnografia. Discute o espanto das estudantes com o desconhecimento sobre o feminismo, de modo geral, que *ainda* não circula na academia, em especial na área da Educação. Narra o processo de envolvimento com as leituras de textos de Davis, González e Saffioti e o incômodo resultante, que levou uma parte do grupo para uma ação pedagógica, em um cursinho popular pré-vestibular, na periferia de Porto Alegre, e outra parte a escrever cartas para a professora sobre suas rupturas no transcurso do semestre. Conclui com o convite a outras releituras e proposições da formação continuada no campo da Pós-Graduação em Educação.

**Palavras-chave:** experiência didática, feminismo, pós-graduação.

**Abstract: Still about feminism and its possibilities in post-graduate education.** The paper analyzes a didactic experience produced with post-graduate students in Education in Porto Alegre-RS, Brazil in the course on Gender, Class and Race, systematized through an autoethnography. It discusses the amazement of the students in face of the unfamiliarity with feminism in general, which *still* is not present in the academy, especially in the field of Education. It describes the involvement process with readings from Davis, González and Saffioti, and the discomfort generated. This led part of the group to a pedagogical action in a grassroots-aimed college preparation course, in the periphery of Porto Alegre, while the other part wrote letters to the professor concerning the ruptures that took place during the semester. The article is concluded with an invitation to other readings and propositions for the continued training in the field of Post-graduate studies in Education.

**Keywords:** didactic experience, feminism, post-graduation.

### Introdução

Vivencia-se hoje um retorno explícito ao pensamento e às ações misóginas, à revisitação da cultura do estupro, em que as violências de gênero, em seus diversos espectros, aparecem em primeiro plano. O contexto nacional é de silenciamento à discussão sobre política nas escolas, com propostas de lei surgindo, em quase todos os estados do País, intituladas como “escola sem partido” e, sobretudo, com a tentativa de abolir o debate recentemente iniciado sobre as injustiças de gênero. Ou seja, presencio um reordenamento do regramento da ordem androcêntrica, que faz ouvir, ver e sentir aquilo que Garcia de León (2011; 2013)<sup>1</sup> analisa como uma reação do machismo, que cresce diante das conquistas de

<sup>1</sup> Obedeceremos às normas da American Psychological Association (APA), não sem antes fazer a crítica de que é uma norma que invisibiliza a presença das mulheres na linguagem acadêmica, sob o manto da “objetividade”, que para nós comanda a ideia de neutralidade e que, na língua portuguesa, induz ao androcentrismo.

igualdade, a partir dos diversos movimentos feministas. É um momento de reaquecimento da misoginia explícita diante do reconhecimento dos movimentos políticos das mulheres – o feminismo. É nesse contexto que convém observar a ampliação e o aprofundamento da militarização e do armamentismo, fenômeno que, provavelmente, é o auge dessa reação crescente do machismo. E, com isso, constato ameaçadas conquistas de uma vida mais digna para quem não se conforma e não concorda com a subjugação e a exploração dos seres humanos pelo simples fato de serem diferentes e/ou pensarem de múltiplas formas.

O presente artigo analítico é a tentativa de pensar sobre uma experiência didática, produzida com estudantes da Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em uma atividade curricular intitulada “Gênero, Classe e Raça”, no decorrer do primeiro semestre de 2017<sup>2</sup>. A inspiração da escrita deste relato é partilhada por leituras de textos como os de Silva (1998), que desafia a concretude da vida a partir da experiência das mulheres negras, *ainda* na luta por dignidade. E a palavra *ainda*, presente já no título deste texto, é o fio condutor para discutirmos o quão distante se está do conhecimento produzido, com posição política, em que as mulheres denunciam a manutenção da estrutura de uma ciência que se diz em busca “da verdade”, mas segue beneficiando as estruturas de opressão e exclusão. A tentativa é enxergar o que e quem foi invisibilizado ao longo da história. A atividade desse seminário e os desdobramentos do estudo foram recebidos com alguns espantos por aquelas que dele participaram, e é precisamente sobre esses espantos que disserto o presente texto.

Recorri à autoetnografia, que, segundo Santos e Biancalana (2017), valoriza a experiência de quem pesquisa e não desvincula as impressões e as intenções da pesquisa. Misturo pesquisa com ensino e, nessa ação intencional, tenho consciência dos elementos autobiográficos fortemente presentes nessa metodologia. A pesquisadora Elias (2018) aproxima o autoetnográfico com o (auto)biográfico, a partir do argumento feminista de que as histórias de vida das mulheres visibilizam as experiências de histórias ainda pouco conhecidas.

Apresento recortes, impressões das leituras de autoras feministas que trazem ideias e ideais *ainda* em processo. Essas leituras fizeram chorar, rir, pensar e agir intensamente. Classe, Raça e Gênero em Educação foram discutidas em companhia de Davis (1981; 2016), González (1984; 1984) e Saffioti (1979; 2013). Mestrandas, doutorandos e doutorandas foram convidados a serem curiosos e atentos leitores e a produzir um caminho de partilhas. Sou grata a *todes*, apropriando-me da linguagem de Tiburi (2018), porque foi possível inquietar e fazer, de modo coletivo, algo para além do individual e já cansativo indicador produtivista da publicação acadêmica. Desde um seminário confortável, em sala de aula universitária, a uma outra sala quase improvisada de cursinho pré-vestibular popular, num bairro afastado de Porto Alegre, numa noite fria, foram cotejados os textos que convocaram a pensar. Talvez o impacto da inserção social possa ser mensurado, por meio desse exercício analítico, e, desse modo, seja possível ampliar o espectro do seu alcance na produção do conhecimento.

Desde o dia da sessão especial da ANPED Nacional, em outubro de 2017, trans(bordo) muitos sentimentos político-pedagógicos que já se passaram. E, a partir de então, a busca por fazer essa experiência transformar-se na concretude de um texto que tem a pretensão de ser lido por outras pessoas e oxalá não somente por pessoas da academia! Vivemos, de 2017 até agora, outro tempo brasileiro, um tempo esfarrapado, de muitas injustiças, vindas desde 2013,

<sup>2</sup> Essa atividade acadêmica foi base para os argumentos apresentados, numa sessão especial da 38ª Reunião Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) em São Luís do Maranhão, em outubro de 2017.

e que *ainda* não terminou! Apresento recortes dos textos das autoras lidas e os modos como este grupo de mestrandas e doutorandas reagiu aos debates e aos diálogos no Seminário Educação, Gênero, Classe e Raça. Analiso o espanto de se perguntar porque não conhecemos Saffioti, socióloga, que foi orientanda de Fernandes na década de 1960? E Davis? A mulher que fez tremer e agitar os movimentos de resistência nos EUA, na mesma época? E González, ativista e acadêmica que inventa palavras e convoca a negritude “mulheresca”, na vida brasileira, entre as décadas de 1970e1990? Na sequência, descrevo e analiso o processo da ação-reflexão-ação que as e os estudantes desencadearam como produção final da disciplina, que gerou a matéria-prima da apresentação na sessão especial da 38ª ANPED Nacional em São Luís, no Maranhão.

**Figura 1. Fanzine produzida no encontro entre estudantes do cursinho e mestrandas/doutorandas da PUCRS**



Fonte: Eggert (2017).

### Na companhia de Ângela Davis, por uma outra história das mulheres negras

A leitura do livro *Mulheres, classe e raça* (Davis, 2016), traduzido e publicado no Brasil tardiamente, foi um acontecimento<sup>3</sup>. A publicação nos Estados Unidos, em 1981, talvez seja uma das melhores chaves para a compreensão do contexto de lutas e das conquistas das mulheres negras na América do Norte e, porque não dizer, das Américas. Não foi difícil, a partir da leitura e discussão desse livro, estabelecer relações diretas com a realidade brasileira, indignação e tristeza talvez sejam as palavras que melhor exemplificam os sentimentos expressos pelas estudantes, e por mim, nos encontros que se seguiram a essa leitura.

No primeiro encontro, propus a cada uma lembrar e contar para o grupo, que era majoritariamente branco e de classe média, qual era a lembrança de alguma amizade com mulheres negras. Das 16 pessoas presentes, 11 delas narraram a lembrança de empregadas domésticas. Uma realidade comum, naturalizada, e que, ao avançarmos nas leituras, foi sendo teorizada com o argumento da colonização, da subjugação, da exploração e da dominação, não sem resistências e lutas.

<sup>3</sup> Ângela Davis esteve no Brasil no dia 25 de julho de 2017, dia da Mulher Afro-latino-americana e Caribenha, para uma palestra no Evento *Julho das Pretas*, organizado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Assim como Davis, bell hooks (é assim que ela mesma se inscreve, sem as Maiúsculas!) é outra autora estadunidense que merece nosso destaque. Embora não façamos alusão aos seus textos neste artigo, destacamos um trabalho seu que foi publicado no Brasil, em 2013, *Ensinando a transgredir: educação como prática da liberdade*, pela Boitempo.

Na leitura do livro de Davis, encontram-se recortes históricos desconhecidos pelo grupo; por exemplo, que o legado da escravidão vivido pelas mulheres negras nos EUA alcança similaridades raramente pesquisadas sobre as mulheres negras escravizadas no Brasil. Ao lermos que Davis apresenta uma série de indicações bibliográficas consistentes sobre testemunhos de escravas e escravos sobre as práticas violentas dos seus senhores, é possível constatar a riqueza das fontes e, ao mesmo tempo, a riqueza analítica que a autora produz ao cruzar esses relatos com outras fontes. Essa publicação, tardia no Brasil, revela a dimensão atual dos temas abordados pela autora há mais de três décadas nos quesitos classe e raça. Atualmente, a tão propalada interseccionalidade<sup>4</sup> já é, de certa forma, analisada historicamente por meio da experiência entre as mulheres negras e brancas, na luta pelos seus direitos cidadãos. Davis discute que, por um lado, as negras enfrentavam o preconceito e a escravidão com seus companheiros e, por outro, algumas mulheres brancas e ricas buscavam ser solidárias, mas simultaneamente percebiam seu próprio silenciamento em espaços públicos por parte do poder masculino branco. A liberdade e o direito ao voto cruzaram experiências distintas nessas mulheres. Davis (2016) nos mostra as cumplicidades e os espantos vividos entre negras e brancas estadunidenses, revelando as disparidades entre elas. Uma delas ficou marcada em um discurso sobre o direito ao voto e simultaneamente contra a escravidão, numa convenção no ano de 1851, em Ohio – trata-se de Sojourner Truth. Segundo Davis (1981, 2016), apesar de várias tentativas preconceituosas de algumas mulheres brancas, que tentavam dissuadir Sojourner de falar, seu pronunciamento salvou o encontro, pois ela conseguiu intimidar os homens brancos que lá estavam para agitar e esvaziar a convenção, aludindo que mulheres eram débeis demais para o sufrágio, pois nem conseguiam pular uma poça ou subir um degrau sem a ajuda de um homem.

Com simplicidade persuasiva, Sojourner Truth apontou que ela mesma nunca havia sido ajudada a pular poças de lama ou a subir em carruagens. ‘Não sou eu uma mulher?’ Com uma voz que soava como um eco de um trovão [...] olhem para mim! Olhe para meu braço [...] arei a terra, plantei, encho os celeiros, e nenhum homem podia se igualar a mim! Não sou eu uma mulher? Eu podia trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem, – quando eu conseguia comida – e aguentava o chicote da mesma forma! [...]’. Enquanto única mulher negra a participar da convenção da Akron, Sojourner Truth fez o que nenhuma das suas tímidas irmãs brancas foi capaz de fazer (Stanton apud Davis, 2016, p. 71).

Ou seja, falar em público, algo proibido para qualquer mulher, foi exemplarmente rompido por essa heroína, que iniciou um percurso e até hoje inspira a vencer a agorafobia<sup>5</sup>. Quando Sojourner destaca o fato de não ser nunca ajudada a pular uma poça ou a subir um degrau, denuncia a diferença entre a “liberdade” de umas e a força de outras em aprender desde sempre a ter de acreditar em si mesmas.

<sup>4</sup> Birolli e Miguel (2015) são autores que analisam, com muita propriedade, a mistura desses três eixos propositores da complexidade conjuntural das relações humanas, mas Saffioti, como veremos mais adiante, já apontava para esses eixos em 1967, em terras tupiniquins.

<sup>5</sup> A agorafobia, ou o pânico de falar em público, segundo Grinberg et al. (1985) e Craske (2003), é uma desordem emocional geradora de fobia que se apresenta em maior número nas mulheres. A pesquisadora Soto Villagran (2011) analisa a agorafobia pelo fenômeno urbano, das mulheres presentes na vida pública, e nesse contexto é possível observar que as mulheres aprendem desde cedo a serem invisíveis politicamente e, portanto, a fala pública torna-se uma aprendizagem lenta.

Outra questão delicada e *ainda* pouco debatida está posta no livro de Davis (2016) e diz respeito ao estupro como “arma de dominação e repressão”, tanto pelo que foi vivido pelas mulheres negras, em terras estadunidenses, como pelas mulheres vietnamitas, que sofreram abusos dos soldados norte-americanos durante a guerra no Vietnã (1955-1975), e pode-se afirmar que segue como lógica de dominação amedrontadora. Davis busca, na pesquisa de Eisen-Bergman (1975), argumentos para analisar a função do estupro como lógica de arma de guerra. E os relatos apresentados, tanto pelos senhores escravocratas quanto pelos soldados estadunidenses, possuíam uma função: dominar e reprimir.

Da mesma forma que o estupro era um elemento institucionalizado de agressão ao povo vietnamita, concebido com a intenção de intimidar e aterrorizar as mulheres, os proprietários de escravos encorajavam seu uso terrorista para colocar as mulheres negras em seu lugar. Se elas conseguissem perceber a própria força e o forte desejo de resistir, os violentos abusos sexuais – é o que os proprietários devem ter raciocinado – fariam com que elas se lembrassem da sua essencial e inalterável condição de fêmeas. Na visão baseada na ideia de supremacia masculina característica do período, isso significava passividade, aquiescência e fraqueza (Davis, 2016, p.37).

Passividade, aquiescência e fraqueza, por meio de ações que exploram esses aspectos, violentos e milenares, os homens fazem com que as mulheres, em boa medida, paralise, pois conhecem a tática de cada “conquista” de territórios, sendo seus corpos também territórios de silenciamento ao longo da história da civilização. Ao estudar essa parte do livro, o grupo foi desafiado a formar grupos entre três a quatro pessoas, para comparar o modo como cada participante fez destaques no texto; e, em folhas A3, foram produzidos mapas conceituais que serviram de base para o debate posterior em roda de conversa.

Exercícios analíticos desse porte, ao longo de todo o livro, e ao longo dos encontros, fizeram perceber a riqueza de elementos que podem ser apresentados, relacionados e interpretados à luz das experiências distintas das mulheres ao redor do mundo.

### **O português de Lélia González**

Impressionadas também por desconhecer, em especial, a história de González além de alguns dos seus textos, o livro de Ratts e Rios (2010), da coleção Retratos do Brasil Negro, foi fundamental. Dessa narrativa, estabelece-se a profunda reflexão produzida a partir da mistura entre filosofia, psicanálise e negritude, oriundas da formação filosófica clássica, passando pelos movimentos sociais na organização da resistência do movimento negro brasileiro, nas décadas de 1970, 1980 e início de 1990. Numa brevíssima biografia constatou-se seu deslocamento ‘do lugar de negro’ para ‘mulher negra fora de lugar’. Foi a penúltima de um total de 18 filhos, nasceu em 1935, quando Getúlio Vargas preparava o golpe de 1937, que durou até 1945. Lélia, com 51 anos, candidata à deputada estadual pelo PDT, em 1986, apresentou-se por meio de um folheto, em que registrava sua narrativa, como filha de mãe índia e de pai negro, trabalhador de rede ferroviária. Marcou sua formação universitária como graduada em História e Filosofia com Pós-Graduação em Comunicação e Antropologia. Apresentou cursos livres em Sociologia e Psicanálise. Colocava, na sequência dessa lista, a militância como fundadora do Movimento Negro Unificado, a participação no Conselho Diretor do Memorial Zumbi e a luta contra a discriminação das mulheres. Consta ainda, nesse folheto, que foi a primeira mulher negra, eleita como Mulher do Ano, pelo Conselho Nacional

de Mulheres do Brasil, no ano de 1981, além de apontar que foi a primeira mulher negra a sair do Brasil para divulgar a verdadeira realidade das mulheres negras brasileiras. Foi vice-presidente do Seminário da ONU sobre a *Mulher e o Apartheid*, e também membro do Conselho Diretor da Sociedade Internacional para o Desenvolvimento, com sede em Roma. Ao final, informa que foi professora com “[...] longa experiência em escolas, colégios e universidades. Atualmente Professora de cultura popular brasileira na PUC-Rio” (González apud Ratts; Rios, 2010, p. 11).

Nos textos de González, publicados nas décadas de 1970 a 1990, encontram-se inúmeras formas de resistência do povo negro e uma crítica contundente a celebrados autores, como Gilberto Freire. González percebeu, com precisão, o modo como a intelectualidade brasileira preferiu ler a brasilidade a partir do foco eurocêntrico. Buscou analisar como foram produzidas as resistências *ainda* muito pouco estudadas. Em suas palavras, foi:

Na função de mucama, que a mulher negra deu origem à figura da ‘Mãe Preta’, ou seja, aquela que efetivamente, ao menos em termos de primeira infância (fundamental na formação da estrutura psíquica de quem quer que seja), cuidou e educou os filhos dos seus senhores, contando-lhes histórias sobre o quimbungo, a mula sem cabeça e outras figuras do imaginário popular (o Zumbi, por exemplo). Vale notar que tanto a ‘Mãe Preta’ quanto o ‘Pai João’ têm sido explorados pela ideologia oficial como exemplos de integração e harmonia raciais, supostamente existentes no Brasil. Representariam o negro acomodado, que passivamente aceitou a escravidão e a ela correspondeu segundo a maneira cristã, oferecendo a outra face ao inimigo. Entretanto, não aceitamos tais estereótipos como reflexos ‘fiéis’ de uma realidade vivida com tanta dor e humilhação. Não podemos deixar de levar em consideração que existem variações quanto às formas de resistência. E uma delas, é a chamada ‘resistência passiva’. A nosso ver, a ‘Mãe Preta’ e o ‘Pai João’, com suas histórias, criaram uma espécie de ‘romance familiar’ que teve uma importância fundamental na formação dos valores e crenças do povo, do nosso ‘*Volksgeist*’ (que se atente, por exemplo, para as figuras dos ‘pretos velhos’ na Umbanda. Representam toda sabedoria marcada pela astúcia). (González, 1982, p.93)

Chama a atenção o modo como González analisou seus percursos na maturidade e como *tensionou* criativamente, por meio de palavras inventadas, a análise do branqueamento no contexto racista e machista. Foi primordial e mordaz o modo como articulou o conhecimento acadêmico com o conhecimento popular das mulheres negras – tanto da academia, quanto dos movimentos sociais nos quais ela participou. Misturou a teoria, por meio de elegantes e precisas citações, elucidando de um modo singular as experiências da vida. Ateve-se ao ponto crucial, *ainda* pouco vivenciado, ou seja, literalmente “deu na cara” da arrogância acadêmica para dizer: “[...] a gente não pode estar distanciado do povo que está aí, senão a gente cai numa espécie de abstracionismo muito grande, ficamos fazendo altas teorias, ficamos falando de abstrações... Enquanto o povo está noutra, está vendo a realidade de outra forma” (González apud Ratts; Rios, 2010, p.54).

O maior espanto e admiração deu-se ao constatar que toda essa consciência só foi produzida quando se deparou com a percepção do lugar de mulher negra que ela vivia num contexto fora de lugar! Ou seja, para uma mulher negra, nas décadas de 1950 e 1960, frequentar a escola e prosperar na escola foi uma ousadia absoluta, mas se dar conta dessa ousadia é que foi e *ainda* é o maior “atrevimento”! (González, 1984, p. 223).

González enfrentou a postura de aparente neutralidade, por meio de uma consistente avacalhão, inventando palavras, visibilizando e teimando em fazer teoria desde a carne (negra) que vale menos! Virou de ponta-cabeça os espaços acadêmicos que frequentou, e mexeu com as cabeças, neste semestre, em pleno século XXI! A resistência de Lélia González faz-se notar nas análises das relações teóricas que produziu com a vida e os saberes do povo negro. E, aquilo que já era mais ou menos sabido por mim e também por algumas das estudantes, tendo por base as leituras de teóricas feministas vindas de diversas áreas das Ciências Humanas, incluindo a Teologia, foi retomado nesse seminário com nuances de mais outras descobertas. Davis e González são eminentes desconhecidas da área da Educação e, de um modo geral, da academia.

### **Heleieth Saffioti, na trilha das mulheres trabalhadoras brasileiras**

Depois de um mês e meio de leitura de Davis e González, partiu-se para a terceira personagem, Saffioti, um pouco mais conhecida, pelo menos por minhas orientandas, que já haviam lido o livro *O poder do macho* (1986). O livro escolhido para se trabalhar nos encontros, mais denso e menos conhecido, foi *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Esse livro, reeditado em 1979 pela Editora Vozes e, posteriormente, no ano de 2013, foi a tese de livre-docência, defendida e publicada pela autora, no ano de 1967. Assim como as autoras anteriores, Saffioti foi precursora de uma leitura atenta no que diz respeito à busca pelo entendimento do funcionamento da sociedade capitalista e patriarcal. Uma sociedade dependente e cruel, como diz Souza (2017), naturalizadora da violência contra mulheres e homens negros, forjada pela escravidão. Saffioti foi orientada pelo sociólogo Fernandes, que pesquisava em detalhe a intrincada relação da sociedade brasileira e ela, em especial, estudou “[...] a situação das mulheres como um ‘efeito’ da sociedade de classes” (Gonçalves, 2013, p.11). Com isso, introduz o estudo da teoria feminista nos trópicos, longe dos grandes centros do conhecimento reconhecido, em que o capitalismo avançado se pronunciava verdadeiro. A autora detalha as condições de vida das mulheres e das mulheres negras no Brasil, desde o império, passando pela república, com o crivo das experiências de trabalho em todas as instâncias. Analisa que o Brasil se produziu numa economia colonial dependente. E as mulheres, nesse contexto, segundo Saffioti (2013), serão uma categoria submetida à privação de liberdade e à subjugação do poder pátrio. A herança da tradição portuguesa e católica acentuou esse modo de as mulheres serem encaradas. E, no caso das mulheres negras, tem-se um desdobramento *ainda* mais constrangedor no que concerne à exploração da sua força de trabalho, força de vida, devido à dubiedade com que conviveram e convivem, com o ardil da ordem moral, pois foram exploradas e abusadas sexualmente. Isso *ainda* escapa de refletir conceitualmente os seus significados.

Assim como em Davis (2016) e González (2011), em Saffioti (1979, 2013) tem-se elementos que *ainda* não foram encarados como basilares para pensar a educação e a sociedade desse país. Segundo a autora, não se pode mais desincumbir de pensar e compartilhar sobre os fatos que o Brasil produziu em relação ao aviltamento da força da mão de obra escrava que foi “liberta” a partir de 1888. Segundo Saffioti (2013), essa marca constitui os brasileiros e, as mulheres negras escravizadas no trabalho e no corpo, desdobram na memória um constrangimento duplo – o físico e o moral. Esse constrangimento é visto na tentativa da sociedade brasileira de se autoafirmar, em ser miscigenada, gentil e benevolente, quando na verdade tem pavor de se ver face a face com a marginalidade negra empobrecida, que limpa suas casas, varre suas ruas, limpa os banheiros das suas universidades e escolas. É como se a sociedade brasileira tivesse uma lembrança inconsciente da escravidão que povoa e produz o

medo de uma rebelião dessa massa de escravizados(as). Gonçalves (2015), que foi orientada no doutorado por Saffioti, analisa, em um estudo detalhado, a implicação das cotas nas universidades brasileiras e constata, primeiramente, o descaso de uma política que somente acontece quase 100 anos após a abolição, com resistência, e, quando afinal é implementada inicialmente por algumas universidades, a partir de 2002 (UERJ, UENF, UNEB, UnB), sofre uma avalanche de críticas. Segundo Gonçalves e Ambar (2015, p. 206), “Os defensores da meritocracia não tardaram a esbravejar”. A corrente que criticava as cotas ocupou os principais jornais e revistas do País para advogar que, quem se esforçava no estudo, era capaz de chegar à universidade. “[...] reservar vagas significa destituir a igualdade entre ‘todos’, conforme consta da Constituição. Tal argumentação entende que existe efetiva igualdade entre as pessoas e trata os indivíduos sem distinção” (2015, p. 206). Desse modo, o entendimento das cotas como uma reivindicação coletiva era negado em detrimento da reivindicação individual. A ideia de uma política pública com vistas a possibilitar menor desequilíbrio ao grupo alijado do acesso à escolarização e profissionalização do mundo industrializado e tecnologicado, há mais de 100 anos, era negativizada, pois era compreendida como uma discriminação às avessas. Em Gonçalves, é possível conferir a sequência dos estudos de Saffioti, que introduziu, já na década de 1960, um estudo da história da educação brasileira sob o olhar da realidade das mulheres brancas e negras – um estudo desconhecido para todas as estudantes presentes nesse semestre no PPGEdU da PUCRS. O exercício realizado, já citado anteriormente, no primeiro dia de aula, ao compartilhar com o grupo sobre qual era a experiência em nossa memória afetiva ao longo das nossas histórias com alguma mulher negra, revelou que, praticamente, todas tiveram aproximação com as mulheres negras, por meio do trabalho doméstico. Nenhuma teve alguma professora, médica, dentista ou prefeita negra, por suposto!

Novamente, durante os encontros, foi observada a ignorância e o desconhecimento sobre esse texto de Saffioti. Um conhecimento produzido, sistematizado e publicado, mas ausente a todos os presentes nessa disciplina, que cursaram Pedagogia ou diferentes Licenciaturas, incluindo o curso de História e Ciências Sociais. O quesito, conhecer a história da outra metade da população brasileira, ou seja, a maior parte, requer a percepção da não generalização com o viés da neutralidade. Faz 50 anos que Saffioti (2013, p. 205) denunciou este país como dos altos paradoxos, uma sociedade determinada desde fora e constituída por uma “burguesia internacional que não conhecia fronteira”, o Brasil era e é peça auxiliar, logo, poderia/pode ser, inclusive, substituída. Não é difícil imaginar isso, frente aos presentes anos vivenciados!

Reconhecer a mulher na sociedade (brasileira) de classes possibilita “[...] investigar os estreitos laços que unem opressão feminina e modo de produção capitalista” (Gonçalves, 2013, p.25), contribui para o entendimento de como a dominação se efetiva, por meio da (re)produção das ‘diferenças inferiorizantes’, que reforçam a desigualdade de classe, raça, geração e gênero.

### **Das leituras e debates a um mergulho na realidade**

Essas leituras fizeram com que as tardes das quartas-feiras fossem intensas. A cada encontro, não faltava o chimarrão, alguma comida, doce de preferência, para aliviar a densidade e uma real tristeza geradora, com base nessas leituras. A atualidade dos textos escritos há mais de 30 anos provocou um grande espanto. Em um determinado encontro, no início do mês de junho, uma das mestrandas mostrava-se muito inquieta e indignada com (in)cômodas constatações e disparou perante à turma: “ – e nós vamos ficar aqui, assim?



Simplesmente constatando/lendo tudo isso? O que podemos fazer para sair dessa nossa tranquilidade? Como esses conhecimentos ficam somente para nós que estamos aqui lendo e debatendo o tema?”. Essas palavras ecoaram na turma. E, ao final desse encontro, já no corredor, uma outra estudante me perguntou se poderíamos visitar uma turma de curso pré-vestibular popular na Restinga, bairro popular na zona sul de Porto Alegre/RS, em que ela era professora de redação. Sua ideia era fazer uma incursão e experimentação das leituras junto a esse grupo de jovens e adultos. Na aula seguinte, pedi para que apresentasse a ideia para todo o grupo, e assim o fez. Foi iniciada uma proposta de sistematização das leituras a ser construída para o grupo do cursinho popular.

A proposta gerou a análise sobre o processo do seminário em si, ou seja, o modo como geralmente é organizado o estudo para a Pós-Graduação, que inclui, ao final do semestre, a produção de um texto, cada vez mais moldado para que os estudantes submetam a revistas ou enviem para congressos. Foi nesse contexto que arrisquei a proposta de que o planejamento e execução dessa aula com o grupo do cursinho pré-vestibular seria considerado o trabalho de conclusão da disciplina. O que foi prontamente aceito. Havia um grupo, porém, que morava em outros municípios, ou que no horário da noite trabalhava e não poderia participar desse processo, pois implicava em, pelo menos, um encontro fora do período da aula, além do deslocamento ao local do cursinho pré-vestibular, na Restinga, uma noite antes do final do mês de junho. Então foi elaborada uma segunda proposta de trabalho final – escrever uma “carta”, para mim, com a análise (auto)biográfica do processo das leituras vivenciadas nesse seminário. Desse modo, apresentaram-se duas modalidades de trabalho final: uma em forma de um trabalho coletivo e, outra, individual. Das 14 estudantes, 9 produziram a proposta de “aula no cursinho pré-vestibular na Restinga”<sup>6</sup> e 5 escreveram a carta<sup>7</sup>.

Simultâneo ao planejamento, repensaram-se os textos lidos, remexendo em anotações, e verificou-se a dificuldade em tornar acessível a linguagem técnica dos textos para a sala de aula. Constatei, por exemplo, que, tanto González quanto Saffioti, possuíam críticas a Gilberto Freyre, as quais assemelham-se ao que hoje Jessé Souza retoma, mas elas o faziam com a consciência e o estudo feminista e de gênero que falta neste<sup>8</sup>.

<sup>6</sup>Agradeço a todas as estudantes dessa disciplina, intitulada *Gênero, Classe e Raça*: Beatriz Helena Viana Castro; Caren Fontella; Cristian Cipriani; Fabiana Montin; Gabrielli Pio; Gilnei da Rosa; Heloísa Giron; Íris de Carvalho; Isabella Azambuja; Lilian Alves Schmitt; Luoyuan Liu; Priscila Klein da Silva; Sara Campagnaro e Thaiana Machado. E, ainda, às duas colegas Professoras convidadas, que participaram das aulas: a Pós-Doutoranda da Universidade Federal de Pelotas, Márcia Alves da Silva, e a Professora da Universidade Federal de Alagoas, Laura Pizzi. Assim como agradeço às estudantes do cursinho pré-vestibular que nos acolheram na Restinga e autorizaram a publicação das *fanzines* produzidas na atividade.

<sup>7</sup>Foi numa das cartas escritas por um dos dois estudantes homens que pude constatar o quanto as leituras de autoras feministas *ainda* causam forte impacto para alguns homens. Na “carta” a mim enviada, o título aponta para o espanto: “Confissões”, e inicia com, “[...] quando olhei a grade de disciplinas oferecidas pelo PPGedu para o primeiro semestre, logo ‘saltou-me aos olhos’ a discussão sobre os conceitos raça e classe, principalmente o primeiro, o que de certa forma já havia trabalhado no meu trabalho de mestrado. Entretanto, naquele momento, não me ative ao conceito de gênero e também desconhecia o brilhante trabalho de Heleieth Saffioti. Confesso que nas primeiras aulas fiquei um tanto quanto que perdido e, logo mais tarde, tremendamente envergonhado. [...] Na minha douda ignorância, ainda não estava claro para mim como as ideias de raça, classe são atravessadas pela perspectiva de gênero”.

<sup>8</sup>Não serão aprofundadas as teses que Souza pontua em seus livros (2015; 2017; 2018), de que Gilberto Freyre apresenta uma das características mais influentes que a brasilidade vai imprimir no seu cotidiano, ou seja, a do brasileiro bonzinho, que reforça a tese da democracia racial no Brasil, conceito que será abandonado em detrimento do argumento de Sergio Buarque de Holanda e Raimundo Faoro. Mas o que interessa salientar aqui é que as autoras analisam com mais profundidade o preço dessa “democracia” instalada na constituição dos papéis

A proposta introduzida, como parte daquilo que as e os estudantes planejaram, tinha como desafio fazer algo de modo a extrapolar o que geralmente é feito na forma expositiva. Deveria compreender o elemento participativo e dialógico. A provocação para apresentar ao grupo do cursinho popular pré-vestibular as três autoras lidas, suas ideias e um pouco das suas histórias, poderia contribuir para ampliar o conhecimento sobre temas e histórias, que podem embasar, mais e melhor, as redações dos concursos para os quais eles estavam se preparando. O grupo lembrou, por exemplo, que em uma das últimas provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) surgiu uma questão que envolveu a temática do feminismo da pensadora francesa Simone de Beauvoir. Experiências como essa demonstra a ‘jurisprudência’ para que temas e personagens sejam estudados, pois podem ser conteúdo em diferentes concursos, além do ENEM, portanto, seria ideal para esse tipo de exercício.

As estudantes reuniram-se em uma tarde, além das quartas-feiras de aula, na PUCRS, para planejar a aula e optaram por iniciar com uma pergunta: “o que é ser mulher?”, como forma de introdução à participação de todas. Foi pensado que a sala seria organizada no modo circular e o grupo fez três cartazes, em papel pardo, com as sínteses dos textos de Saffioti, González e Davis. A aula teria três momentos: iniciaria com a pergunta, seria feito um rodízio de mestrandas/doutorandas que apresentariam as três autoras e, na sequência, seriam organizados grupos para trabalhar *fanzines*<sup>9</sup> entre grupos de até 3 jovens. O trabalho final seria apresentado em outra aula para o grupo, sem a presença de mestrandas/doutorandas. Somente a mestranda professora acompanharia essa etapa, e simultaneamente finalizaria o material, com as alunas do cursinho, e o enviaria para todo o grupo pelo aplicativo de celular *WhatsApp*.

No dia combinado, o grupo se dirigiu em dois carros até a Restinga, um bairro distante 22 km do centro de Porto Alegre<sup>10</sup>. Antes de chegar ao cursinho pré-vestibular, aproveitou-se para conhecer o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), situado naquele bairro. Era uma noite muito fria, mas que, aos poucos, trouxe as e os estudantes (a maior parte eram mulheres jovens e algumas adultas). O plano de formar um círculo no ambiente não seria possível, porque o lugar era pequeno demais para aproximadamente 50 cadeiras com braço para a escrita. Uma série de semicírculos foram organizados e, ao centro da sala, foram colocadas três mesas com biscoitos e sucos. Ao todo, compareceram 35 pessoas na aula daquele dia.

A pergunta: “O que é uma mulher?” foi escrita no quadro. A mestranda, professora de redação do cursinho pré-vestibular, iniciou a conversa e introduziu o grupo da PUCRS quando cada uma se apresentou. A técnica da tempestade de ideias foi colocada em ação. À medida que a conversa fluía, palavras-chave foram escritas no quadro, tendo por base os comentários sobre “o que era ser mulher”. Depois de uns vinte minutos, outras colegas mestrandas e doutorandas (havia somente um doutorando), apresentaram o estudo realizado

---

sociais femininos, ou seja, há um alto custo dos corpos e mentes das mulheres negras no Brasil. Em especial, Saffioti detalha essa complexidade (cf. Saffioti, 2013, p.230-266).

<sup>9</sup> *Fanzine*, segundo Ferreira (2012), é uma palavra que reúne a abreviatura das palavras “*fanatic*” (fã) e “*magazine*” (revista) e representa uma técnica de produção jornalística alternativa, oriunda da década de 1930 nos Estados Unidos de grupos fãs de ficção científica.

<sup>10</sup> Segundo Nunes e La Fare (2017), o bairro da Restinga foi construído durante a ditadura militar, na década de 1970, por meio da compra de um terreno alagadiço que foi disponibilizado “para abrigar famílias pobres que viviam em vilas centrais”. Hoje é um dos bairros mais populosos da cidade de Porto Alegre, com 60.729 habitantes. Durante a expansão das escolas públicas, nos governos Lula e Dilma, foi implantado no bairro o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), promessa de muitos governos anteriores.

no Seminário da Pós-Graduação, em Educação, da PUCRS, por meio dos três cartazes, com as sínteses das três autoras lidas pelo grupo.

No momento da apresentação das duas intelectuais negras – Angela Davis e Lélia González –, a mestranda que comentava uma das citações das autoras dizia ser muito impactante, para ela, ter conhecido essas mulheres negras somente agora no mestrado. Foi nessa hora que uma das alunas negras, na sala repleta de mulheres negras, disse à queimadura: “eu preferiria que a Angela Davis e a Lélia González fossem apresentadas para nós por uma mulher negra!”.

Foram segundos de silêncio constrangedor, porque em boa medida elas disseram o que ainda acontece na história da educação brasileira. Ao analisar esse fato, recorri a um texto da própria González (1984), *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, no qual a autora inicia o texto com a descrição de uma mistura de tragédia e comédia sobre o lançamento de um livro escrito por brancos sobre mulheres e homens negros. O texto narra que, nesse dia festivo, as pessoas negras, que eram o motivo do livro, foram convidadas para se juntar à mesa dos autores, porém não cabiam todas na extensão e, portanto, ficaram na parte de trás do palco, numa segunda fileira.

E era discurso e mais discurso, tudo com muito aplauso. Foi aí que a neguinha que tava sentada com a gente, *deu uma de atrevida* (grifo meu). Tinham chamado ela prá responder uma pergunta. Ela se levantou, foi lá na mesa prá falar no microfone e começou a reclamar por causa de certas coisas que tavam acontecendo na festa. [...] Tava armada a quizumba. A negrada parecia que tava esperando por isso prá bagunçar tudo. E era um tal de falar alto, gritar, vaiar, que nem dava prá ouvir discurso nenhum. [...] (González, 1984, p. 223).

Esse texto de González (1984) dialoga com *o lugar da fala* das duas autoras negras estudadas: González e Davis, bem como com a fala das jovens negras do cursinho popular. O conteúdo central, que as estudantes do PPG em Educação tinham planejado para ser apresentado, era feito majoritariamente por mulheres brancas, de classe média, e o grupo de estudantes do cursinho era composto por mulheres negras das classes populares. Assim como no texto de González, as mestrandas estavam tão concentradas no conteúdo que, em um determinado momento, foram surpreendidas por uma das jovens negras. Foram deslocadas da fala de brancas para a realidade e o lugar de fala das mulheres negras. Mas, diferentemente do desfecho da epígrafe do texto de González, as mestrandas conseguiram acolher essa verificação, relacionando-a ao espanto de não conhecerem autoras como Davis e González. A constatação das estudantes do cursinho pré-vestibular, em conhecer e reivindicar o lugar dessa aula por mulheres negras, foi um *lugar de fala atrevido*. E foi possível redirecionar alguns dos pontos propostos a partir do protagonismo desenvolvido pelas mulheres negras, presentes naquela noite. Analisou-se, por exemplo, que, apesar de a maioria das mestrandas e doutorandas serem brancas, todas eram trabalhadoras e, boa parte delas, a primeira geração das suas famílias a concluir uma pós-graduação em nível de mestrado ou doutorado. As mulheres negras, no Brasil, ainda não chegaram em massa nas universidades e, portanto, pouco sonham com a pós-graduação. A ideia da pesquisa como elemento determinante na qualificação profissional é algo distante e pouco convincente.

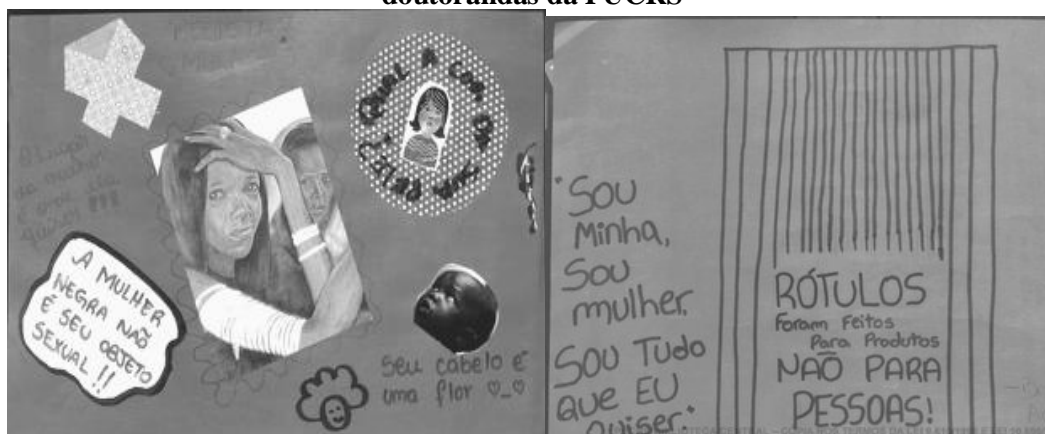
Analisar essa experiência pedagógica, depois de passado um tempo, faz pensar sobre como *ainda é possível* perceber a visibilidade tanto de autoras negras, quanto de mulheres negras presentes na sala de aula. A “neguinha atrevida foi lá e falou” (González, 1984, p.223),

ou seja, aprender a ouvir e/ou fazer perguntas que incomodam. Incomodam, pelo simples fato de que é muito fácil constatar que, praticamente em todo o Sul do Brasil, as mulheres e os homens negros *ainda* são minoria nos Programas de Pós-Graduação para a formação de pesquisadoras(es) brasileiras(os). O comentário da estudante, naquela noite, no cursinho popular pré-vestibular, foi um paradoxal, desconcertante, prazeroso e poderoso momento de espanto.

Silva (1998), em seu artigo ‘*Chegou a hora de darmos a luz a nós mesmas*’ - *Situando-nos enquanto mulheres e negras*, analisa exatamente a urgência da superação da invisibilidade, algo que, naquela noite no cursinho, foi replicado pela jovem. Invisibilidade produzida e constatada aos descendentes africanos e africanas, nas distintas esferas da vida brasileira, invisibilidade displicente com que a cor da pele tem sido tratada nas estatísticas em estudos oficiais, em livros didáticos, em matérias jornalísticas e na sala de aula.

Observo ainda que a pergunta apresentada para o grupo naquela noite (“o que é uma mulher?”), como proposta inicial para a apresentação das três autoras estudadas, foi tímida e de certa forma corrobora com o que Silva (1998) afirma, ou seja, a pergunta deveria ser mais explícita: o que é uma mulher negra? Ou quem é a mulher negra? As mulheres presentes, por meio da *fala atrevida*, recolocaram a pergunta nessa direção. E foi com base nesse reposicionamento que, na sequência da aula, quando a turma foi convidada a produzir *fanzines*, em um ambiente descontraído e em grupos menores, que pôde-se constatar a plasticidade das produções e as mulheres negras se presentificaram<sup>11</sup>. A confecção das *fanzines* produziu um burburinho entre conversas, recortes e escritas com a utilização de materiais diversos: revistas, papéis coloridos, hidrocores, lápis, entre outros. O resultado, além de toda interação vivenciada, foi um livreto digitalizado e disponibilizado para as mídias dos celulares. Desse livreto, obteve-se autorização de algumas produções para ilustrar este texto.

**Figuras 2 e 3. Fanzines produzidas no encontro entre estudantes do cursinho e mestrandas e doutorandas da PUCRS**



Fonte: Eggert (2017).

O Momento da visibilização das barreiras existentes no grupo, naquela noite, convoca para o lugar de humildade e criatividade solidária, por meio do acolhimento e da análise possível de ser realizada com essas jovens. *Ainda* existe uma distância para as amplas autorias e protagonismos das mulheres negras, mas que sempre estiveram presentes. As mestrandas e

<sup>11</sup> A presentificação é um conceito de Musskopf (2012) que estabelece a mistura entre o presente como dádiva e a presença consciente e atenta junto de alguém.

doutorandas(os) presentes são bolsistas da CAPES Modalidade II<sup>12</sup> e, portanto, estudantes trabalhadoras, como a maior parte de quem ousa aprender a fazer pesquisa neste país. E, ainda assim, o visível é que ainda é uma universidade majoritariamente branca e vivencia-se um momento único, com a fala da jovem *atrevida* naquela noite.

O tempo posterior, a toda essa movimentação descrita na modalidade autoetnográfica, faz pensar em muitas coisas. Com base na preparação da “aula”, no processo da aula em si, nos trabalhos finalizados com o material das *fanzines*, além das cartas que outras estudantes me escreveram, como outra opção de produzir uma análise e síntese da disciplina cursada, analiso a riqueza do processo vivenciado pelos dois grupos de estudantes. Foram aprendizados que se interpenetraram<sup>13</sup>. Por um lado, a “aula” do Programa de Pós-Graduação em Educação, deslocada para um bairro que, historicamente, é marginal à história da cidade, foi motivada pelo estudo das autoras lidas e debatidas, desconhecidas pelas mestrandas e doutorandas do Programa. E, por outro lado, as cartas de cinco estudantes que (auto)biografaram seus estudos e registraram seus espantos de que *ainda* não haviam vivenciado a leitura e o debate sobre textos relacionados a categorias de gênero, classe e raça inter-relacionados. Ou seja, o que constato é a demanda daquilo que Birolli e Miguel (2015) apontam quando sinalizam sobre a necessidade da conexão entre produção de conhecimento e luta política, não sem antes perceber as barreiras que de fato existem entre a produção do conhecimento e a luta política. Por quê? Porque distintas experiências podem ser produzidas no momento em que se estudam textos e os confrontamos com a realidade. Ou seja, lê-se o que já está sistematizado como conhecimento e estabelece-se vinculação com a vida ordinária, produzindo a leitura de mundo, que se faz tomando distância simultaneamente aproximada dessa mesma realidade. Essa aproximação é, ao que me parece, uma questão didática posta em posição de estudo e desafio para a pesquisa em qualquer área do conhecimento, mas em especial na Educação.

Os “achados” me parecem que estão nos espantos coletivizados a cada encontro durante o semestre, mas os mais intensos foram para o grupo que se mobilizou no exercício do encontro com o grupo de estudantes, em que a teoria se desdobrou em planejamentos, interfaces e ações didático-pedagógicas.

### Considerações finais

*Ainda* estão invisíveis reflexões tendo por base mulheres negras brasileiras que já compõem a história passada, como Maria Firmina dos Reis, Chiquinha Gonzaga, Carolina Maria de Jesus, Lélia González, Enedina Alves, bem como as que compõem a história presente, como Conceição Evaristo, Nilma Lino Gomes, Joyce Berth, Viviane dos Santos Barbosa, Sonia Guimarães, Sueli Carneiro, entre muitas invisibilizadas. *Ainda* a descobrir e

<sup>12</sup> A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) é uma fundação, criada em 1951, vinculada ao Ministério da Educação do Brasil. A CAPES atua na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* em todos os estados do País. Nos Programas de Pós-Graduação das universidades privadas comunitárias há duas modalidades de bolsas, por meio do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias – PROSUC, que são oferecidas pela CAPES: a bolsa modalidade I – de dedicação exclusiva, e que possui o valor atual de R\$ 2.200,00 (Doutorado)/R\$ 1.500,00 (Mestrado) repassado para sustento estudantil, além de um valor da mensalidade que a(o) estudante repassa para a Universidade, no valor de R\$ 1.400,00 (Doutorado) e no valor de R\$ 1.100,00 (Mestrado); e a bolsa Modalidade II, sem dedicação exclusiva, em que a(o) estudante recebe e repassa apenas o valor da mensalidade para a Universidade.

<sup>13</sup> Interpenetração é um termo técnico utilizado na produção têxtil da tecelagem que significa a trama entre vários fios, que eu tenho utilizado como metáfora nas questões metodológicas da pesquisa desenvolvida e financiada pelo CNPq desde 2015 (Eggert, 2019).

analisar com nossas estudantes de mestrado e doutorado, do ensino médio e das graduações, quanto tempo *ainda* será preciso para esse conhecimento ser estudado, criticado, e posto em ação?

**Figura 4. Fanzine produzida no encontro entre estudantes do cursinho e mestrandas /doutorandas da PUCRS**



Fonte: Eggert (2017).

Na figura 4 temos a *fanzine* produzida por uma das participantes da aula no cursinho pré-vestibular para o ENEM, que retoma a escritora Carolina Maria de Jesus<sup>14</sup> e, artesanalmente, produz a interface entre a palavra *educação*, no alto como título, com o texto da autora, manualmente escrito pela estudante, com a colagem da gravura da menina e do menino, sentados lado a lado, cada um com sua realidade: ela branca, com a mochila cor de rosa, e ele negro, com apenas um caderno, e ambos esperando o ônibus escolar. A cena remete para o profundo abismo, com mais de um marcador discriminatório, em que classe, raça e gênero, em grande medida, seguem modelando o drama desse país.

Rousseau (2016), no texto do *Emílio*, admoestou, aos educadores do seu tempo, para que as meninas (mulheres) não fossem educadas como os meninos (homens), porque, desse modo, à medida que ficassem mais parecidas com eles, elas teriam menos poder sobre os homens. Entretanto, era justamente isso que a escritora Wollstonecraft (2016) desejava, quando rebateu Rousseau e escreveu, em 1792, que: a educação que almejava para as meninas e mulheres era que as mulheres aprendessem a ter *poder sobre si mesmas!* (Wollstonecraft, 2016, p. 89), portanto ela não queria que as mulheres tivessem poder sobre os homens! Ora, ampliar essa reivindicação para a educação no Brasil dos tempos de hoje é acrescentar que o poder das mulheres sobre si mesmas, em muito, *ainda* é um percalço estarrecedor. E que as questões de classe, raça/etnia, gênero (e pode-se acrescentar também a geração), quando estudadas a partir de autoras como Saffioti, González e Davis, possibilitam pensar sobre as nossas realidades, descritas um pouco no modo como Carolina Maria de Jesus conseguiu

<sup>14</sup> Carolina Maria de Jesus escreveu o livro *Quarto de despejo*, entre os anos de 1955 a 1960. Escreveu sobre a sua vida na favela durante a explosão imobiliária em São Paulo, relatou os despejos, a vida de catadora e suas sobrevivências. Mais detalhes sobre a vida e obra de Carolina Maria de Jesus podem ser conhecidos no vídeo elaborado por Elena Pajaro Peres, produzido pela FAPESP: <https://www.youtube.com/watch?v=T0ncwWD1C9g> e no texto da mesma autora (Peres, 2016).

contar, e que constitui a continuação das narrativas que, aos poucos, têm-se conseguido reunir em torno desta história.

As leituras e os debates realizados no primeiro semestre de 2017 revelaram várias realidades e espantos, uma vez que houve contato inicial com autoras e densas produções já publicadas, porém, para as alunas, pouco e até mesmo nada conhecidas. Essa realidade deve ser encarada com mais ousadia e criatividade. Ou seja, os estudos feministas produzidos em terras brasileiras são densos, vigorosos e desafiam a serem entremeados com as experiências didático-pedagógicas no ensino da Pós-Graduação. Por meio de experiências como essas podemos vislumbrar, em boa medida, os entraves que ainda persistem nesses diálogos. Como no caso da “carta”, a mim endereçada, como a outra forma de trabalho acadêmico final, em que um dos poucos estudantes homens na Educação demonstra o quanto as leituras feministas causam impactos positivos e alavancam possibilidades analíticas no contexto educacional. A repercussão na educação é de estímulo para mais encontros e criações didático-pedagógicas.

### Referências

- Biroli, F. (2012). Agentes imperfeitas: contribuições do feminismo para a análise da relação entre autonomia, preferências e democracia. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 9, 07-38, dez. Recuperado em 20 de janeiro de 2019, de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-33522012000300001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522012000300001&lng=en&nrm=iso)
- Biroli, F. (2013). Democracia e tolerância à subordinação: livre-escolha e consentimento na teoria política feminista. *Revista de Sociologia e Política*, 21 (48) 127-142. Recuperado em 13 de outubro de 2018, de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782013000400008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782013000400008&lng=en&nrm=iso)
- Biroli, F., & Miguel, L. F. (2015). Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, 20, 27-55. Recuperado em 14 de novembro de 2018, de <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/24124/G%C3%AAnero%2C%20ra%C3%A7a%2C%20classe%3A%20opress%C3%B5es%20cruzadas%20e%20converg%C3%Aancias%20na%20reprodu%C3%A7%C3%A3o%20das%20desigualdades>
- Craske, M. G. (2003). *Origins of phobias an anxiety disorders: why more women than men?* Oxford: Elsevier Ltd.
- Davis, A. (1981). *Women, Race and Class*. Nova York: Random House.
- Davis, A. (2016). *Mulheres, Raça e Classe*. (Heci Regina Candiani, Trad.). (1.ed.). São Paulo: Boitempo.
- Eggert, E. (2019). *Saberes de ofícios: diálogos possíveis entre atividades artesanais e saberes instituídos nos Institutos Federais brasileiros do século XXI*. Pesquisa Financiada pelo CNPq. PUCRS: Porto Alegre.
- Elias, M. G. H. (2018). Viajes académicos, discriminación y maltrato: cinco variaciones sobre un mismo tema. *Investigación Cualitativa*, 3(2) 42-48. Recuperado em 19 de agosto de 2019, de <https://ojs.revistainvestigacioncualitativa.com/index.php/ric/article/view/99>
- Eisen-Bergman, A. (1975). *Women in Vietnam*. San Francisco: People's Press.

- Ferreira, J. G. (2012, dezembro). A Utilização do *Fanzine* no Processo de Comunicação Participativa. *Anais do Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste - Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*, Recife, Pernambuco, Brasil, 14. Recuperado em 30 de janeiro de 2019, de <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2012/resumos/R32-1516-1.pdf>
- Gonçalves, R. (2013). O pioneirismo de A mulher na sociedade de classes. In H. Saffioti, *A mulher na sociedade de classes. Mito e realidade* (pp. 11-25). São Paulo: Expressão Popular.
- Gonçalves, R., & Ambar, G. (2015). A questão racial, a universidade e a (in)consciência negra. *Lutas Sociais*, 19(34) 202-213, jan./jun.
- González, L. (1982). A mulher negra na sociedade brasileira. (um estudo político econômico). In M. T. Luz (org.), *O Lugar da Mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual* (pp. 87-104). Rio de Janeiro, Ed. Graal.
- González, L. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, 223-244. Recuperado em 13 de março de 2019, de [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/247561/mod\\_resource/content/1/RACISMO%20E%20SEXISMO%20NA%20CULTURA%20BRASILEIRA.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/247561/mod_resource/content/1/RACISMO%20E%20SEXISMO%20NA%20CULTURA%20BRASILEIRA.pdf)
- González, L. (2011). Por um feminismo afro-latinoamericano. In.: Círculo Palmarino (org.), *Caderno de Formação Política Palmarino. 1. Batalha de ideias*. Brasil. Recuperado em 13 de fevereiro de 2019, de [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod\\_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf)
- Grinberg, M., Quadros, C. S. O., Zaccarelli, L. M., Lamosa, B. W. R., & Pillegi, F. (1985). A tríade prolapso da valva mitral, ataque de pânico e agorafobia. *Arquivos brasileiros de cardiologia* (Impresso), 44 (1) 41-43.
- Hooks, B. (2013). *Ensinando a transgredir. Educação como prática da liberdade* (Marcelo Brandão Cipolla, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.
- Jesus, C. de. (1960). *Quarto de Despejo*. Diário de uma favelada. (Audálio Dantas, Organização e Apresentação). Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.
- León, M. A. G. de. (2011). *Cabeza moderna, corazón patriarcal: un diagnóstico social de género*. Barcelona: Anthropos.
- León, M. A. G. de. (2013, dezembro 13) *Cabeza moderna, corazón patriarcal: (un diagnóstico social de género)* [blog]. Recuperado em 2 de fevereiro de 2019, de <http://www.etnobloc.es/entrada/cabeza-moderna-corazon-patriarcal-un-diagnostico-social-de-genero/>
- Musskopf, A. S. (2012). *Via(da)gens teológicas: itinerários para uma teologia queer no Brasil*. São Paulo, SP: Fonte Editorial.
- Nunes, M. B., & La Fare, M. (2017, outubro). Trajetórias educacionais e profissionais de egressos de um Curso Técnico em Guia de Turismo em uma periferia de Porto Alegre (RS, Brasil). *Trabalho Completo apresentado no Congresso ALAS*, Montevideu, Uruguai, 31. Recuperado em 13 de março de 2019, de [http://alas2017.easyplanners.info/opc/tl/4849\\_mirelle\\_barcos\\_nunes.pdf](http://alas2017.easyplanners.info/opc/tl/4849_mirelle_barcos_nunes.pdf)



- Peres, E. P. (2016). Carolina Maria de Jesus: insubordinação e ética numa literatura feminina de diáspora. In M. E. A. Assis, & T. V. Santos (Org.), *Memória Feminina: mulheres na história, história de mulheres*. (1. ed, pp. 89-97). Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana.
- Ratts, A., & Rios, F. (2010). *Lélia Gonzalez*. São Paulo: Selo Negro.
- Rousseau, J. J. (2016). *Emílio, ou da Educação*. São Paulo: Edipro.
- Saffioti, H. (1979). *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. (2. ed.). Rio de Janeiro: Vozes.
- Saffioti, H. (1986). *O poder do macho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Saffioti, H. (2013). *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular.
- Santos, C. M., & Biancalana, G. R. (2017). Autoetnografia: um caminho metodológico para a pesquisa em artes performativas. *Revista Aspas*, 7(2) 83-93.
- Silva, P. B. G. e. (1998). 'Chegou a hora de darmos a luz a nós mesmas': Situando-nos enquanto mulheres e negras. *Cadernos CEDES*, 19(45) 7-23, jul. Recuperado em 20 de fevereiro de 2019, de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32621998000200002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621998000200002&lng=pt&nrm=iso)
- Soto Villagran, P. (2011). La ciudad pensada, la ciudad vivida, la ciudad imaginada: Reflexiones teóricas y empíricas. *La ventana*, 4(34) 7-38. Recuperado em em 15 de novembro 2018, de [http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1405-94362011000200003&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-94362011000200003&lng=es&nrm=iso)
- Souza, J. (2015). *A tolice da inteligência brasileira*. Rio de Janeiro: LeYa.
- Souza, J. (2017). *A elite do atraso: da escravidão à lava jato*. Rio de Janeiro: LeYa.
- Souza, J. (2018). *A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade*. Rio de Janeiro: Estação Brasil.
- Tiburi, M. (2018). *Feminismo em Comum: Para Todas, Todesk e Todos*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Wollstonecraft, M. (2016). *Reivindicação dos direitos das mulheres* (Ivania Pocinho Motta, Trad). (1. ed). São Paulo: Boitempo.

Recebido em: 13/07/19

Aprovado em: 06/09/19